

Giro nos Tribunais Estaduais



Assunto: Possibilidade de penhora de parcela salarial desde que não afete a dignidade humana do devedor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA DE PROVENTOS DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE. LIMITE MÁXIMO DE 30% DA REMUNERAÇÃO

- Na esteira da jurisprudência do STJ (REsp 1.285.970/SP), admite-se a penhora de percentual de salário ao fundamento de que a constrição não afeta a dignidade da pessoa humana do devedor e que tal medida decorre da frustração da satisfação do crédito do exequente.

- A penhora de 30% (trinta por cento) dos vencimentos do devedor encontra respaldo na aplicação analógica da Lei n. 10.820/03.

V.V.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - IMPENHORABILIDADE DE VERBA SALARIAL - DEVOLUÇÃO DE VALORES - RECURSO PROVIDO. Consoante disposto no art. 833, do Código de Processo Civil de 2015, são impenhoráveis os salários, exceto para pagar dívida referente à pensão alimentícia. Não havendo anuência da parte executada quanto à constrição de 30% de seus rendimentos, e não sendo a dívida cobrada de natureza alimentar, devem ser preservados os salários porventura recebidos. Ainda que aplicado o entendimento de ser possível a penhora parcial de verbas salariais, deve ser ponderado o impacto que tal supressão pode impor à sobrevivência e dignidade do devedor e de sua família, sendo inviável que a constrição recaia sobre verbas salariais de baixa monta.

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0024.06.085341-3/001, Relator(a): Des.(a) Pedro Bernardes , 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/10/2019, publicação da súmula em 29/10/2019)

Assunto: Não cabimento da cobrança de ICMS sobre a transferência de bens e mercadorias para estabelecimentos do mesmo contribuinte situado em outro Estado.

APELAÇÃO CÍVEL. TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENTRE MATRIZ E FILIAIS. ESTABELECIMENTOS DE TITULARIDADE DO MESMO CONTRIBUINTE. INOCORRÊNCIA DE FATO GERADOR DO ICMS. DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUBSUMIDA NO TEMA 259. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. "[...] 1. O deslocamento de bens ou mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma empresa, por si, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, porquanto, para a ocorrência do fato imponible é imprescindível a circulação jurídica da mercadoria com a transferência da propriedade". (STJ - REsp 1.125.133/SP, rel. Min. Luiz Fux, 1ª Seção, submetido à sistemática do julgamento de recursos repetitivos - art. 543-C do CPC/1973, subsumido no Tema 259).

(TJSC, Apelação Cível n. 0304061-17.2015.8.24.0079, de Videira, rel. Des. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 29-10-2019).

Assunto: Impossibilidade de atribuição de efeito suspensivo à execução em razão do perigo de dano pela expropriação de bens do devedor, vez que é ato inerente a execução.

AGRAVO DE INSTRUMENTO (INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL). EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO EM PRIMEIRO GRAU. REQUISITOS DO ART. 919, § 1º, DO CPC. EXECUÇÃO GARANTIDA POR PENHORA DE IMÓVEL. PROBABILIDADE DO DIREITO. ALEGAÇÕES DE PAGAMENTO PARCIAL DO CONTRATO EXECUTADO E QUESTIONAMENTOS ACERCA DA CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA CÉDULA. PERIGO DE DANO. AUSENTE. POSSIBILIDADE DE EXPROPRIAÇÃO DE BENS QUE É INERENTE A EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO REVOGADO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO

(TJPR - 13ª C.Cível - 0029787-92.2019.8.16.0000 - Cornélio Procópio - Rel.: Desembargador Athos Pereira Jorge Júnior - J. 28.10.2019)

Assunto: Ausência de prova sobre excesso de carga do caminhão afasta responsabilidade por danos causados pelo acidente de trânsito.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E PENSÃO ALIMENTÍCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.1. COLISÃO ENTRE AUTOMÓVEL E CAMINHÃO EM CURVA DE RODOVIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE VELOCIDADE DO CAMINHÃO. ÔNUS DA PROVA ESTABELECIDO EM AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO. DETERMINAÇÃO À RÉ DE APRESENTAÇÃO DO TACÓGRAFO. PRAZO DECORRIDO SEM CUMPRIMENTO. FATO QUE NÃO VINCULA A CONVICÇÃO DO JUIZ, DIANTE DA EXISTÊNCIA DE OUTROS

ELEMENTOS DE PROVA NOS AUTOS. BOLETIM DE OCORRÊNCIA QUE EVIDENCIA QUE A COLISÃO OCORREU POR INVASÃO DO AUTOMÓVEL NA PISTA EM QUE TRANSITAVA O CAMINHÃO DA RÉ. CAUSA ADEQUADA DO ACIDENTE. EVENTUAL EXCESSO DE VELOCIDADE QUE NÃO INFLUENCIA NA DINÂMICA DA COLISÃO. AUSÊNCIA DE PROVA CONTRÁRIA AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PROVA SOBRE EXCESSO DE CARGA DO CAMINHÃO. AUSÊNCIA DE ILÍCITO CULPÁVEL. RESPONSABILIDADE NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.2. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS.3. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 9ª C.Cível - 0004496-44.2016.8.16.0017 - Maringá - Rel.: Desembargador Luis Sérgio Swiech - J. 28.10.2019)

Assunto: Ilicitude da cobrança de cédula de produto rural financeira ante a ausência de indicação de pagamento pelo devedor.

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE PRODUTO RURAL FINANCEIRA. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ARTS. 352 E 353, DO CC. AUSÊNCIA DE PRÉVIA IMPUTAÇÃO PELOS DEVEDORES. VALIDADE DA INDICAÇÃO FEITA PELO CREDOR. SENTENÇA MANTIDA. 1. Havendo ataque aos fundamentos da sentença, para a satisfação do requisito da regularidade formal previsto no art. 1.010, inc. II, do NCPC, não há se falar em não conhecimento do recurso por desobediência ao Princípio da Dialeiticidade. 2. Diante da existência de pluralidade de dívidas dos executados perante a exequente e não tendo os embargantes demonstrado a existência de indicação de que o pagamento parcial deveria ser direcionado ao título executado, é lícita a imputação realizada pelo credor, nos termos do art. 353, do CC. APELO NÃO PROVIDO.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0001168-15.2017.8.16.0133 - Pérola - Rel.: Desembargador Hayton Lee Swain Filho - J. 30.10.2019)